

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA

FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

NADYNNI STEFANIE NASCIMENTO DE MORAIS

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE

Aparecida de Goiânia

2019/2

NADYNNI STEFANIE NASCIMENTO DE MORAIS

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE

Artigo Científico apresentado (a) à Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado (a) em Pedagogia, sob a orientação da professora Dra. Maria Vany de Oliveira Freitas.

Aparecida de Goiânia

2019/2

Morais, Nadygni Stefanie Nascimento de

M827e Educação de Jovens e Adultos: Contribuições de Paulo Freire / Nadygni Stefanie Nascimento de Moraes. – Aparecida de Goiânia-GO, 2019

iv, 28. f. : il. ; 29 cm

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Nossa Senhora Aparecida - FANAP, Campus Bela Morada, Aparecida Goiânia, 2019.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Vany de Oliveira Freitas.

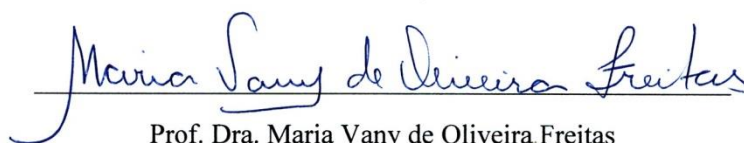
1. Educação de jovens e adultos. 2. História 3. Paulo Freire. I. Título. II. Faculdade Nossa Senhora Aparecida.

CDU 374.7

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE

NADYNNI STEFANIE NASCIMENTO DE MORAIS

Este Artigo Científico foi apresentado (a) no dia 10 de dezembro do ano de 2019 como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado (a) em Pedagogia, tendo sido avaliada e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:



Prof. Dra. Maria Vany de Oliveira Freitas

Orientador (a) – FANAP



Prof. M.^a Nilvânia Damas Silva Lima

Leitor (a) - FANAP



Prof. M.^a Carolina Machado Moreira

Leitor (a) - FANAP

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE

Nadynni Stefanie Nascimento de MORAIS¹

Prof^a. Dr^a Maria Vany de Oliveira FREITAS²

RESUMO

O presente trabalho traz a trajetória da história da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil que foi marcada por uma série de acontecimentos. São apresentados os principais fatos ocorridos voltados para essa modalidade de ensino, além de assinalar as contribuições do filósofo e educador, Paulo Freire para a educação de jovens e adultos. Em linhas gerais, o texto sinaliza o perfil dos educandos que fazem parte dessa modalidade de ensino. Na década de 1960, Paulo Freire criou seu método de ensino e defendeu o diálogo como marco de sua metodologia. Esta pesquisa é fundamentada nas perspectivas teóricas de Brandão (1981), Gadotti (1996), Siqueira e Guidotti (2017), cujas discussões contribuíram para a efetivação deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de jovens e adultos. História. Paulo Freire.

ABSTRACT

This paper presents the history of youth and adult education (EJA) in Brazil, which was marked by a series of events. The main facts about this type of teaching are presented, as well as the contributions of the philosopher and educator Paulo Freire to the education of young people and adults. In general, the text signals the profile of the students who are part of this type of teaching. In the 1960s, Paulo Freire created his teaching method and defended dialogue as a landmark of his methodology. This research is based on the theoretical perspectives of Brandão (1981), Gadotti (1996), Siqueira and Guidotti (2017), whose discussions contributed to the realization of this work.

KEYWORDS: Youth and adult education. Story. Paulo Freire.

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP

² Prof^a. Dr^a. Maria Vany de Oliveira Freitas, professora da Faculdade Nossa Senhora Aparecida - FANAP

01 - INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta a trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil e as contribuições de Paulo Freire para essa modalidade de ensino. A EJA é uma modalidade de ensino, cujo objetivo é atender jovens e adultos que não tiveram acesso à escola ou que por algum motivo não concluíram o ensino fundamental e médio na idade própria, sendo de obrigatoriedade do Estado ofertar o acesso e permanência desses educandos.

A pesquisa tem como objetivo relatar as contribuições e as experiências educacionais vividas por Paulo Freire na alfabetização de jovens e adultos ao longo da história. Trata também dos fracassos, das conquistas e de mudanças ocorridas desde a época do período colonial, até os dias atuais. Além de destacar a relação entre educador e educandos, levando em conta que a EJA vai muito além de somente aprender a ler e escrever, mas também de desenvolver o senso crítico e reflexivo dos alunos.

A educação de Jovens e Adultos (EJA) tem um longo histórico, sofreu uma série de modificações e foi reestruturada ao longo do tempo. Todavia, nenhuma influência foi tão importante quanto a do teórico e educador Paulo Freire.

Para realização deste trabalho, foram feitas pesquisas bibliográficas, tendo como principais referenciais teóricos os seguintes autores: Brandão (1981), Gadotti (1996), Siqueira e Guidotti (2017) e Piletti (2006). Consultamos também a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, no que se refere à educação de jovens e adultos no Brasil. Foi feita ainda uma pesquisa de campo que foi realizada no Colégio Estadual Maria Rosilda Rodrigues, situado na Rua 7-D Esquina com Rua 19-D, s/n, Garavelo – Aparecida de Goiânia – GO, onde foram feitas seis entrevistas, sendo três delas com educandos e três com educadores dessa instituição de ensino, com o objetivo de levantar a rotina dos estudantes, suas principais dificuldades e metodologias utilizadas pelos educadores.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, relata-se a trajetória da educação de jovens e adultos no Brasil. A segunda parte trata das contribuições de Paulo Freire para o ensino e aprendizagem na EJA, e, na terceira, apresentamos as observações feitas sobre a EJA nas primeiras décadas do século XXI.

02 - A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: UM PERCURSO PELA HISTÓRIA

A educação de jovens e adultos – EJA é uma modalidade de ensino destinada a jovens e adultos que, por algum motivo não conseguiram concluir o ensino básico no tempo certo. É um curso oferecido pela Secretaria de Educação, podendo ser presencial ou à distância. Em geral os perfis de alunos da EJA são de trabalhadores que estão em busca de melhor qualidade de vida.

O público atendido pela EJA é de pessoas que na idade regular não puderam estudar, ou por não sentirem-se atraídos pelo conteúdo escolar acabaram deixando a escola. Isto acaba gerando uma exclusão dos indivíduos analfabetos dentro da sociedade e da própria escola. Muitos são os problemas que dificultam o ingresso de pessoas no ensino na idade regular, alguns destes problemas são: gravidez precoce, drogas, desinteresse, condições financeiras (PEDROSO, 2010, p. 45).

Mediante entrevistas com alguns alunos da EJA do Colégio Estadual Maria Rosilda Rodrigues, pode-se dizer que realmente situações como essas mencionadas pela autora, ocorrem na realidade. Diego, 31 anos de idade, um dos alunos entrevistados, ao ser questionado sobre os motivos que o levou a desistir de estudar, respondeu: *“Eu precisava trabalhar e os horários não davam certo, aí precisei escolher entre o trabalho e os estudos, fui trabalhar.”*³

De acordo com esse contexto, é notório que o público da EJA é de pessoas de camadas populares, que inicialmente procuram a escola para obter bons resultados no mercado de trabalho. Outro aluno, Danilo, 31 anos de idade, ao ser questionado sobre o que fez com que ele retornasse à escola, respondeu: *“Devido à falta de aprendizagem, as dificuldades no mercado de trabalho.”*⁴

No ano de 1988, foi decretado através da Constituição Federal, que a educação de jovens e adultos deveria ser de responsabilidade do Estado, que teria como obrigação garantir o acesso e permanência desses educandos na escola.

Esse processo resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988 e seus desdobramentos nas constituições dos estados e nas leis orgânicas dos municípios, instrumentos jurídicos nos quais se materializou o reconhecimento social dos direitos das pessoas jovens e adultas à educação

³ Entrevista realizada com o aluno Diego, 31 anos, aluno da EJA no Colégio Estadual Maria Rosilda Rodrigues em 09/10/2019.

⁴ Entrevista realizada com o aluno Danilo, 31 anos, aluno da EJA no Colégio Estadual Maria Rosilda Rodrigues em 08/10/2019

fundamental, com a conseqüente responsabilização do Estado por sua oferta pública, gratuita e universal (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 120).

Mediante o que os autores destacam, foi a partir da década de 1988, que a EJA ganhou destaque e ampliou seu espaço.

Ainda hoje, existe um alto índice de analfabetos em nosso país, sabe-se que é um problema de longa data, que perpassa décadas. Por isso, nesta pesquisa, dedicamo-nos a uma revisão bibliográfica com o intuito de compreender as ações educativas voltadas para jovens e adultos ao longo da história da Educação brasileira. Com a perspectiva de compreendermos sobre ações educativas voltadas para pessoas adultas, perpassamos determinados períodos da trajetória histórica brasileira procurando detectar, em diferentes contextos, aspectos relativos ao desenvolvimento da educação nessas faixas etárias. É sobre esses aspectos que daremos atenção nos próximos tópicos desta seção.

2.1. Período colonial

A primeira ação educativa voltada para adultos aconteceu na década 1549, no período colonial, quando os jesuítas eram responsáveis pela educação. Em suas aulas eram transmitidos conhecimentos da língua portuguesa e eram feitas ações missionárias, com o intuito de converter a fé católica dos indígenas. Segundo Piletti (2006, p.33),

No Brasil, os jesuítas dedicaram-se a duas tarefas principais: a pregação da fé católica e ao trabalho educativo. Com o seu trabalho missionário, procurando salvar as almas, abriam caminho à penetração dos colonizadores; com seu trabalho educativo, ao mesmo tempo em que ensinavam as primeiras letras e a gramática latina, ensinavam a doutrina católica e os costumes.

Diante disso, podemos perceber que a educação dada pelos jesuítas não tinha como objetivo o desenvolvimento crítico e reflexivo dos educandos. A Companhia de Jesus, enquanto responsável por esse paradigma educacional no Brasil, perdurou por mais dois séculos.

No ano de 1759, os jesuítas foram expulsos pelo Marquês de Pombal, que entrou em conflito com os jesuítas. o Estado se sentiu ameaçado, pois os jesuítas estavam se

tornando independentes. Esse acontecimento tornou-se reconhecido como Reforma Pombalina. O motivo da Reforma Pombalina, segundo Carvalho (1978, p.139) foi,

Criar a escola útil aos fins do Estado, e nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão extensa do trabalho escolar pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir os interesses da fé servisse aos imperativos da Coroa.

O principal objetivo de Pombal era fazer com que a educação fosse voltada para os interesses do Estado, pois as aulas eram sempre monótonas, rígidas e autônomas.

2.2. Período Imperial

A partir de 1822, quando o Brasil se tornou independente de Portugal, a Constituição Brasileira determinou o direito de educação gratuita para todos os indivíduos. Apesar desse decreto, a prática não condizia com a realidade, pois nem todos tinham acesso á educação.

Para os autores acima citados, mesmo com a lei garantindo o acesso e permanência na escola para todos, somente aqueles que tinham poder aquisitivo maior, tinham o privilégio de frequentar a escola, as demais classes eram excluídas.

No ano de 1879, Leôncio de Carvalho instituiu no decreto nº 7.247, em que decretava a reforma da educação com modificações nos ensinios primários, secundário e superior. Segundo Paiva (1987, p. 71),

a reforma de Leôncio enfatizava a necessidade de promover a criação de cursos noturnos; estava em discussão a Lei Saraiva e a ênfase sobre a educação dos adultos ligava-se à reforma eleitoral “para cujo êxito poderosamente contribuirá o desenvolvimento da instrução popular”, pois tornava-se a eleição direta e introduzia-se a restrição ao voto do analfabeto.

De acordo com a autora, era nítida a preocupação com o alto índice de analfabetismo no país, pois, a partir da Lei Saraiva, o voto de analfabetos seria proibido e isso iria influenciar de forma direta no progresso do país.

2.3. Período Republicano

Devido à emergência do processo de industrialização no Brasil, na década de 1930, o interesse em diminuir o analfabetismo era imediato, pois precisavam de

indivíduos que dessem resultado com a mão de obra qualificada. A partir daí, a educação de jovens e adultos começou a conquistar o seu espaço na educação do país.

Com a revolução de 30, alguns reformadores educacionais da década anterior passaram a ocupar cargos importantes na administração do ensino. Procuraram, então, colocar em prática as ideias que defendiam. Como resultado, a educação brasileira sofreu importantes transformações, que começaram a dar-lhe a feição de um sistema articulado, segundo normas do Governo Federal (PILETTI, 2006, p. 74).

Diante do que o autor menciona, é perceptível o destaque que a educação adquire nessa época em vista de atender a interesses econômicos e políticos. A Constituição de 1934 foi substituída pela Constituição de 1937, pois não funcionou como o esperado e acabou perdendo espaço.

A constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público (GHIRALDELLI JR. 2006, p.78).

Diante desse contexto, a Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, tinha como principal objetivo favorecer o Estado. Buscavam favorecer o ensino profissionalizante e não tinha interesse de despertar o senso crítico do indivíduo.

No mesmo dia em que foi outorgada a Constituição de 1937, foi implantada a ditadura do Estado Novo, período em o governo implementou mudanças importantes no âmbito da educação, sob influência do chamado movimento da Escola Nova, ou Escolanovismo.

O escolanovismo resultou da tentativa de superar a escola tradicional excessivamente rígida, magistrocêntrica e voltada para a memorização dos conteúdos. Desde a Revolução Industrial a burguesia precisava de uma escola mais realista, que se adequasse ao mundo em constante transformação (ARANHA, 2006, p. 246).

Diante desse contexto, a autora ressalta que o Escolanovismo tinha como objetivo, substituir a escola tradicional com conteúdo pré-estabelecidos por uma escola onde trabalhasse a realidade dos indivíduos.

O Estado Novo teve fim no ano de 1945 e, com isso, o país passou por um processo de redemocratização, no qual puderam enxergar o alto índice de pessoas analfabetas no país. Segundo Siqueira e Guidotti (2017, p.20),

Dessa forma, a sociedade passou a ver o grande número de analfabetos e a preocupar-se com esse fator. Assim, o problema ganhou destaque, e a solução estaria na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Entre os anos de 1945 a 1964, ocorreram vários movimentos populares com o intuito de ampliarem e melhorarem a condição da educação e, conseqüentemente, erradicarem o analfabetismo no país. Ainda no mesmo ano, criaram a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que teve um papel muito importante para impulsionar o crescimento e qualidade da educação para todos. Segundo Siqueira e Guidotti (2017 p. 20),

“Com o surgimento da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), um importante estímulo à implantação de programas nacionais para a educação de adultos analfabetos em todo o mundo.”

Nesse contexto, a UNESCO foi o pontapé inicial para que grandes campanhas em favor da erradicação do analfabetismo iniciassem, de forma significativa no país.

Em 1947, o governo brasileiro criou a I Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEEA). Essa campanha tinha como intuito fazer com que todos tivessem acesso ao ensino básico, minimizando assim o índice de analfabetismo. No mesmo ano, foi criado o Serviço de Educação de Adultos (SEA), que juntamente com o CEEA, obtiveram resultados relevantes para a educação de adultos e fizeram com que a educação tivesse visibilidade, estimulando outros estados a terem suas classes de educação de adultos.

A CEEA nasceu da regulamentação do FNEP e seu lançamento se fez em meio ao desejo de atender os apelos da UNESCO em favor da educação popular. No plano interno, ela acenava com a possibilidade de preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades, de penetrar no campo e de integrar os imigrantes e seus descendentes nos Estados do Sul, além de se constituir num instrumento para melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo. (PAIVA, 1987, p. 178).

Através da CEEA, outras duas campanhas importantes surgiram em favor da educação de adultos. A primeira foi na década de 1952, que tinha como objetivo não só ensinar os jovens e adultos a ler e escrever, mas também aprender novos hábitos.

Assim, para além do olhar dirigido ao “ler, escrever e contar” da CEEA e da Missão Rural configurava-se uma preocupação com a transmissão de hábitos e comportamentos à população, de maneira a se conformar um “corpo social saudável (COSTA, 2017 p. 11).

A outra Campanha de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) criada em janeiro de 1958, que de acordo com o Decreto de nº 47.251 de 17 de novembro de 1959 em seu Art. 5º, tinha como objetivo:

a) O aperfeiçoamento e o desenvolvimento do ensino primário comum em áreas municipais pré-estabelecidas; b) a aplicação intensiva dos métodos e materiais utilizados pelas outras duas Campanhas nas mesmas áreas municipais pré-estabelecidas; c) e a verificação experimental da validade sócio-econômico dos métodos e processos de ensino primário, educação de base e educação rural, utilizados no Brasil, com vistas à determinação dos mais eficientes meios de erradicação do analfabetismo (BRASIL, 1958).

Apesar de terem sido campanhas importantes, não permaneceram por muito tempo. Logo surgiram várias críticas e uma delas foi por causa dos métodos, que não eram adequados para adultos. Sendo assim, no fim da década de 1950, foram extintas.

No final dos anos 1950, as críticas intensificadas somadas à percepção de que o período do curso era insuficiente começaram a minar a Campanha. O material didático e os programas também foram considerados inadequados às especificidades da educação de adultos (SIQUEIRA; GUIDOTTI, 2017, p. 22).

No ano de 1958, ocorreu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos. Segundo Paiva (1987, p. 192), foi “onde se reconheceu de público o fracasso do programa no ponto de vista propriamente educativo”. Diante desse contexto, a autora evidencia a derrota das campanhas providas pelo Departamento Nacional de Educação (DNE).

O objetivo do II Congresso Nacional de Educação seria encontrar soluções imediatas para o problema que ficou evidente na educação.

Seu temário fora elaborado, segundo declarações do Ministro da Educação, prof. Clóvis Salgado, tendo em vista a “atual orientação do MEC no sentido da educação para o desenvolvimento e de educação para todos”. Seu objetivo seria o estudo do problema da educação dos adultos em seus múltiplos aspectos, visando seu aperfeiçoamento (PAIVA, 1987, p. 206).

Apesar de ser um congresso que tratasse de medidas emergenciais em favor da educação, deixou a educação primária como foco principal, daí, então, entra Paulo Freire, figura importantíssima na história da educação de jovens e adultos. Freire participou desse congresso. De acordo com os autores Siqueira e Guidotti (2017, p. 23), a participação de Freire nesse evento o fez alcançar “visibilidade ao apresentar um relatório que trouxe o debate sobre o analfabetismo para a agenda nacional”. Para Freire, o processo educativo deveria partir das experiências vividas pelos educandos.

Os anos de 1960 a 1964 foram marcados por vários movimentos de Educação Popular, dentre eles o que mais se destacou foi o Movimento de Cultura Popular (MCP), criado por Paulo Freire, que tinha como base a leitura de mundo e as experiências vividas pelos educandos. Mas logo sua proposta de alfabetização foi interrompida pelo golpe militar, e o governo passou a coordenar os programas de alfabetização de adultos.

O golpe de Estado (1964) não só deteve todo este esforço que fizemos no campo da educação de adultos e da cultura popular, mas também levou-me à prisão por cerca de 70 dias (com muitos outros, comprometidos no mesmo esforço). Fui submetido durante quatro dias a interrogatórios [...] Livrei-me, refugiando-me na Embaixada da Bolívia em setembro de 1964. Na maior parte dos interrogatórios a que fui submetido, o que se queria provar, além de minha “ignorância absoluta” [...] era o perigo que eu representava. (FREIRE, 1980, p. 15-16).

Portanto, o objetivo do Estado era acabar com os programas que contribuíssem com a transformação social do indivíduo e fazer com que os programas fossem assistencialistas e conservadores no trabalho.

Em 1967, o governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, fundado por Artur da Costa e Silva. Esse movimento tinha algumas características do MCP, pois utilizavam como método cartazes, fichas e codificações, porém não utilizavam o diálogo, ou seja, deixavam de lado a formação crítica do educando.

A Ditadura Militar, sob o vácuo deixado pela destruição das entidades que incitavam os movimentos de educação popular, criou em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que, para se fazer passar por eficaz, chegou mesmo a dizer que poderia utilizar-se do “método Paulo Freire desideologizado”. Evidentemente, isso era um absurdo, dado que o método Paulo Freire autêntico não poderia conviver com uma educação que não estivesse ligado à idéia de tomada de consciência política a partir da constatação e denúncia do modelo econômico concentrador de renda que, de fato, atingiu duramente justamente a clientela do MOBRAL (GUIRALDELLI JR. 1990, p.171).

Diante disso, fica em evidência que os métodos utilizados pelo MOBRAL eram contraditórios aos métodos utilizados por Freire, pois o educando não era tratado como um indivíduo livre e autônomo de suas próprias ideias, e já os métodos utilizados no MOBRAL eram totalmente voltados aos interesses do governo militar.

No ano de 1985, o país passava por uma transição de democracia, o MOBRAL chega ao fim, pois não obteve os resultados esperados. Contudo, o MOBRAL então foi substituído pela Fundação Educar.

No seu lugar foi criada a Fundação Educar, cujo objetivo era promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não formais, voltados para pessoas cuja experiência de empobrecimento resultou na exclusão do acesso à escola. (SIQUEIRA; GUIDOTTI, 2017, p. 26)

A Fundação Educar surgiu então na década de 1985, tendo como intuito uma educação democrática. Eram priorizadas regiões onde o número de analfabetos era maior, e utilizava-se como estratégia a formação social do indivíduo como objeto de transformação da sociedade. Esse período foi fortemente marcado por projetos voltados em benefício da educação de jovens e adultos.

Outro acontecimento importantíssimo ocorreu em 1988, foi promulgado na Constituição Federal, em seu artigo 208º, inciso I; “o acesso ao ensino fundamental gratuito, inclusive aqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988). A Fundação Educar durou até março de 1990. Nesse mesmo período foi criado Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), programa pelo qual propunha reduzir em até 70% a população analfabeta no país.

Foi criada uma Comissão o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), através do Decreto nº 99.519/1990, e tinha como objetivo a proposta de reduzir em 70% o analfabetismo no Brasil, o PNAC foi lançado em setembro de 1990, mas, como várias outras políticas de alfabetização de jovens e adultos, a proposta do Governo Collor também teve vida curta e também não alcançou o objetivo proposto. (SOUZA, 2012, p. 128).

Em 1996, novamente outro fato marca a trajetória da educação de jovens e adultos, a promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96, em que seus artigos 37e 38 diz:

Art. Nº 37º A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Art. Nº38º Os sistemas de ensino manterão cursos do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular (BRASIL, 1996).

Mediante o que foi estabelecida na Nova LDB, a EJA, ganha reconhecimento, como sendo uma modalidade de ensino, em que é de obrigatoriedade do governo manter e investir, além de incentivar de modo que contribua com a elevação do índice de ensino da população.

03 - As contribuições de Paulo Freire para o ensino aprendizagem na educação de jovens e adultos

Paulo Reglus Neves Freire, também conhecido como patrono da educação, nasceu em Recife, Pernambuco, em 19 de setembro de 1921, filho de Joaquim Temístocles Freire e Edeltrudes Neves. Ingressou na Faculdade de Direito de Recife aos 22 anos de idade, optou pelo curso de direito, pois, na época, em sua cidade não existia curso superior na área da educação.

Freire casou-se no ano de 1944 com a sua primeira esposa, Elza Maria Costa Oliveira, com quem teve cinco filhos. Nesse mesmo período, teve também sua primeira experiência como professor. Freire dava aula de língua portuguesa no mesmo colégio que havia estudado em sua infância, no Colégio Oswaldo Cruz.

No ano de 1947, Freire teve o seu primeiro contato com jovens e adultos, quando se tornou diretor do Serviço Social da Indústria (SESI), e permaneceu no cargo até o ano de 1954. Segundo Gadotti (1996, p. 33), Freire percebeu o quanto os adultos necessitavam de educação imediata. “Aí teve contato com a educação de adultos/trabalhadores e sentiu o quanto eles e a nação precisavam enfrentar a questão da educação e, mais particularmente, da alfabetização”

A década de 1950 foi marcada por vários acontecimentos em prol da alfabetização de jovens e adultos. Freire lutou muito para que a educação deixasse de ser algo monótono e se transformasse em algo construído pelos próprios educandos.

Segundo Gadotti (1996), no ano de 1960, Freire se tornou professor efetivo de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Recife. Ele também foi um dos “Conselheiros Pioneiros” da época.

A educação transmitida por Freire era sempre em prol da formação da educação social dos educandos, totalmente construída através de diálogos e experiências vividas por eles. Freire era totalmente contra uma educação em que o professor fosse tido como figura detentora do saber, pois defendia que o educando deveria ser construtor do próprio conhecimento.

Em 1960, Freire juntamente com outros educadores fundou o Movimento de Cultura Popular (MCP) na cidade de Recife-PE, trabalharam em prol da educação

popular, uma modalidade de educação em que o diálogo e a interação dos educandos eram ferramentas necessárias para criar uma educação libertadora. Freire executou muitas experiências, resultando assim no ano de 1961, na Campanha de Alfabetização de Angicos. Segundo Piletti (2006, p. 106),

A partir de 1961, o método já praticamente estruturado foi posto em prática no Recife. Em 1962 estendeu-se a João Pessoa (Paraíba) e a Natal (Rio Grande do Norte), onde se desenvolveu a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. Mas, a experiência que deu divulgação nacional ao novo método foi realizada em Angicos, no Rio Grande do Norte, cujo encerramento contou com a presença do presidente da República.

O que chamou a atenção da opinião pública foi o prazo em que o método utilizado por Freire conseguiu resultados satisfatórios em tão pouco tempo. Diante disso, o governo, na década de 1964, se sentia ameaçado, pois o número de pessoas alfabetizadas havia crescido e isso iria atrapalhar seus planos, pois agora os indivíduos correriam menos risco de serem injustiçados, uma vez que tornavam-se mais conscientes de sua realidade. No ano de 1980, retornou ao Brasil, depois de um tempo de exílio no Chile. Segundo Piletti (2006, p. 108), Freire recebeu o título de cidadão paulistano, por iniciativa da então vereadora Luiza Erundina. No mesmo ano, Freire tornou-se professor da Universidade de Campinas (UNICAMP). Segundo Gadotti (1996, p. 44), “em setembro de 1980, após pressões dos estudantes e de alguns professores, tornou-se professor da Universidade de Campinas – UNICAMP, onde lecionou até o final do ano letivo de 1990.”

Em janeiro do ano de 1989, Freire se tornou Secretário de Educação do Município de São Paulo. Conforme Gadotti (1996, p. 47), Freire reformou as escolas, entregando-as às comunidades locais dotadas de todas as condições para o pleno exercício das atividades pedagógicas.

De acordo com o que é destacado pelo autor, Freire contribuiu de forma significativa para a educação, fazendo com que as escolas tomassem um novo rumo e se adaptassem às necessidades reais dos educandos.

Vale lembrar que Freire publicou inúmeras obras, sendo *A Pedagogia do Oprimido*, uma das mais importantes. Segundo Gadotti (1996, p. 48), foi traduzida e já foi publicada em mais de vinte idiomas.

3.1. O método de Paulo Freire

O Método Paulo Freire surgiu com o trabalho feito por Freire, na década de 1960 junto com o Movimento Cultura Popular de Recife (MCP). O método tinha como principal objetivo fazer com que o processo de alfabetização fosse além de codificação e decodificação do ato de ler, mas pretendia fazer com que o indivíduo fosse capaz de compreender, criticar, acatar e produzir o conhecimento.

Paulo Freire desenvolveu seu método de alfabetização baseado nas experiências de vida dos educandos. Ao criticar o método tradicional de ensino, afirmava que era um método pronto, onde usavam apenas cartazes, cartilhas e cadernos de exercício. Segundo Brandão (1981), “a cartilha é um saber abstrato, pré-fabricado e imposto. É uma espécie de roupa de tamanho único que serve pra todo mundo e pra ninguém.”

Para Paulo Freire a dialogicidade era peça fundamental para que educandos se desenvolvessem. Assim, como fora mencionado anteriormente, ele pretendia ir muito além de ensinar as pessoas a ler e a escrever. Seu objetivo era claro: tinha como meta despertar o ser político e o reconhecimento dos educandos como sujeitos de direitos.

As primeiras experiências foram feitas com cinco educandos, sendo que dois deles desistiram. Depois foram realizadas experiências maiores nas cidades de Mossoró e Angicos, no Rio Grande do Norte, e em João Pessoa, na Paraíba, onde cerca de 300 lavradores do Nordeste foram alfabetizados num prazo de 45 dias, fato que impressionou a opinião pública. A partir daí, o método de Paulo Freire começou a ser aplicado em todo o território nacional. Com o apoio do governo federal, foram criados cursos em vários estados do Brasil com o objetivo de treinar coordenadores que pudessem se empenhar no desenvolvimento do método.

Em fevereiro de 1964, época em que teve início a Ditadura Militar no país, o governo do estado da Guanabara apreendeu milhares de exemplares da cartilha do Movimento de Educação de Base: Viver é Lutar. Logo em seguida a campanha de Paulo Freire foi tida como algo perigosamente destruidor. Os anos foram passando e ficando cada vez piores. No ano de 1968, Paulo Freire foi preso e depois exilado do país por 16 anos. Freire foi para o Chile com a família e levou consigo o seu método. Segundo Brandão (1981, p. 19),

Logo nos primeiros dias de abril, a Campanha Nacional de Alfabetização, idealizada sob direção de Paulo Freire, pelo governo deposto, foi denunciada publicamente como “perigosamente subversiva”. Em tempo de baioneta a cartilha que se cale.

Após a chegada de Freire ao Chile, o país foi reconhecido pela UNESCO como um dos cinco países que contribuíram para superar o analfabetismo. Freire usou as ideias do sistema de trabalho de um educador exilado. Paulo Freire foi para os EUA e, posteriormente, para Europa. Foi em Genebra que criou com outros parceiros de exílio, o Instituto de Ação Cultural (IDAC). O método de Freire se estendeu pelos países da África, deixando registradas suas marcas por onde passava. No ano de 1980, Paulo Freire volta ao Brasil.

3.2. Os princípios do Método

Paulo Freire pensou em algo diferente de tudo que a alfabetização oferecia. Pensou em um método onde o material não fosse pronto, mas algo que fosse construído entre o diálogo de educadores e educandos.

O Método de Freire identifica-se mais em um método de aprender a ler o mundo, a realidade e as palavras, pautados no diálogo, na troca de saberes, na construção de saberes, do que um método, uma fórmula de ensino, de transmissão de conhecimento feitas de um sujeito para outro. Como podemos perceber nas palavras de Brandão (1981 p.10-11),

Um dos pressupostos do método é a idéia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário — um ato de amor, dá pra pensar sem susto —, não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e, se não pode ser nunca feita por um sujeito isolado (até a auto-educação é um diálogo à distância), não pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum. “Não há educadores puros”, pensou Paulo Freire. “Nem educandos.” De um lado e do outro do trabalho em que se ensina-e-aprende, há sempre educadores-educandos e educandos-e-educadores. De lado a lado se ensina. De lado a lado se aprende.”

Para Freire, é através do diálogo que surgem as mais importantes trocas de saberes, deve partir da realidade do educando e todo o processo de captação da pesquisa e organização do universo vocabular, será baseado através das informações obtidas nesses diálogos. Segundo Brandão (1981, p. 24) a ideia de “uma ação dialogal entre

educadores-e-educandos deve começar com uma prática de ação comum entre as pessoas do programa de alfabetização e as da comunidade.”

Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, do que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto (FREIRE, 2005, p.100)

Neste sentido, Freire diferencia dois conceitos de educação que são fundamentais para a compreensão de seu método: de educação bancária e educação libertadora.

Para Freire, a educação bancária é o oposto da educação libertadora, pois na educação bancária o educador é o sujeito que detém o conhecimento, pensa e prescreve, enquanto o educando é o objeto que recebe o conhecimento pensado e segue a prescrição imposta pelo educador. Isso faz com que o indivíduo se torne acomodado, não questione, e que se submeta à estrutura de um poder vigente.

Por sua vez, na educação libertadora, não existe distinção entre educador e educando. Ambos são educadores e educandos no processo de ensino aprendizagem. A educação libertadora, sempre abre espaço para o diálogo e novas opiniões, levantamento de problemas e reflexões, em busca de transformação. Segundo Freire, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” e complementa:

Desta maneira o educador já não é o que apenas educa, mas o que enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem (FREIRE, 1987, p. 79).

Freire considera que a transformação da sociedade só é possível através da educação, onde os sujeitos se reconheçam como agentes transformadores, com possibilidade de ação. Um dos princípios do método de Freire é a politicidade do ato educativo. Para Freire não existe educação neutra, qualquer ação educativa tem um determinado objetivo.

O educador desperta no educando, a importância política do ato político, quando se fala da possibilidade de mudanças benéficas através da política. O educador deve mediar a relação entre aluno e sociedade, e fazer com que o educando entenda que ele é agente de transformação e libertação e está fazendo um ato político.

Um segundo e importante princípio a respeito do método freireano, é o diálogo como fator indispensável na mediação entre o educador e o educando e o objeto de conhecimento e entre natureza e cultura.

Ao entrevistar Maria Feitosa, professora da EJA, questionei sobre quais os fatores que contribuem com a diminuição da evasão escolar, ela respondeu da seguinte maneira: *“É necessário que tenhamos aulas produtivas e professores mais presentes.”*⁵

Para Freire, o diálogo é construção teórica, atitude e prática pedagógica. É relação objetividade-subjetividade, tem fundamento e conteúdo; portanto, é uma categoria teórica. Como atitude e prática pedagógica, requerem reciprocidade na atitude de fala e escuta e tem como fundamento o amor, a tolerância, a humildade e a esperança.

É essa configuração que confere importância ao diálogo para a formação de sujeitos autônomos, conscientes, não conformados com a atual realidade social. Por isso, a ênfase dada por Paulo Freire à palavra como práxis. Na perspectiva freireana, a palavra é práxis, é ação transformadora no mundo e do mundo. O diálogo é a condição de existir humanamente; com ele, os seres humanos se solidarizam, refletem e agem juntos como sujeitos no mundo que querem transformar, humanizar. Vejamos a partir do próprio Paulo Freire (2005, p.82),

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se, ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens, o diálogo é, pois, uma necessidade existencial.

Uma educação fundada no diálogo é que se dá numa relação de humildade, encontro e solidariedade, ou seja, de muita confiança. O diálogo leva a se tornarem

⁵ Entrevista realizada no dia 08/10/2019 com a educadora Maria Feitosa, funcionária do Colégio Estadual Maria Rosilda Rodrigues.

serem autônomo de sua própria história. Na questão da escola, a opção pelo conteúdo programático deve dar-se no diálogo o qual se insere em todos os segmentos sociais.

3.3. A Construção do método

O primeiro passo da descoberta começa com o caderno de campo, onde os componentes do programa de educação se infiltram no meio popular. Para isso não existe um questionário pronto para desenvolver a pesquisa. São perguntas do tipo: sobre o modo de vida, casos sobre algum acontecido na cidade, sobre rotina de trabalho, modos e etc. Para Brandão (1981, p. 25), “não há questionários nem roteiros predeterminados para a pesquisa. Se houvesse, eles seriam como uma cartilha. Trariam pronto o ponto de vista dos pesquisadores”.

Os encontros não precisam ser feitos propositalmente, eles podem ser feitos em reuniões de rotina, onde os pesquisadores podem colher informações importantes como: palavras, ditos populares, o modo como os indivíduos se relacionam.

É muito importante que não haja diferença entre pesquisador e pesquisado, e que fuja de uma pesquisa tradicional. A pesquisa deve ser o mais natural possível.

O que se “descobre” com o levantamento não são homens-objetos, nem uma “realidade neutra”. São os pensamentos-linguagens das pessoas. São falas que, a seu modo, desvelam o mundo e contêm, para a pesquisa, os temas geradores falando através das palavras geradoras (BRANDÃO, 1981 p.27).

O encontro com o mundo imediato é feito através das palavras descobertas. Após essa etapa, os educandos partem para o aprendizado coletivo, observam a realidade social e dão nova tradução à palavra descoberta.

As palavras geradoras devem ser carregadas de significados sociais, culturais e políticos, ou seja, palavras que fazem parte do cotidiano do educandos. Essas mesmas palavras serviram como ponto de partida para estudo de leitura e escrita. Não sendo somente leitura de língua, mas também um instrumento de releitura social.

Estas palavras são chamadas geradoras porque, através da combinação de seus elementos básicos, propiciam a formação de outras. Como palavras do universo vocabular do alfabetizando, são significações construídas ou reconstruídas em comportamentos seus, que configuram situações existenciais ou, dentro delas, se configuram (FREIRE, 1987, p.6).

3.4. O Círculo de Cultura

Tendo como princípios metodológicos o respeito pelo educando, a conquista da autonomia e a dialogicidade, o círculo de cultura substitui a tradicional sala de aula.

É usado o termo círculo, pois, em geral, as pessoas se reúnem em volta de uma equipe de trabalho, em que a figura do professor é substituída por um animador, que tem como função coordenar o grupo, em que todos têm participação ativa, o diálogo é o único método usado no círculo.

Dá pra desconfiar que “círculo de cultura” é uma idéia que substitui a de “turma de alunos” ou a de “sala de aula”. “Círculo”, porque todos estão à volta de uma equipe de trabalho que não tem um professor ou um alfabetizador, mas um animador de debates que, como um companheiro alfabetizado, participa de uma atividade comum em que todos se ensinam e aprendem (BRANDÃO, 1981, p. 43).

E é usado o termo “cultura”, pois não se trata de um aprendizado individual, e sim coletivo, pois diz respeito a ações do cotidiano, ou seja, a cultura é exatamente o cotidiano das pessoas. Então, cultura envolve todos os aspectos da vida dos educandos.

“De cultura”, porque, muito mais do que o aprendizado individual de “saber ler-e-escrever”, o que o círculo produz são modos próprios e novos, solidários, coletivos, de pensar. E todos juntos aprenderão, de fase em fase, de palavra em palavra, que aquilo que constroem é uma outra maneira de fazer a cultura que os faz, por sua vez, homens, sujeitos, seres de história — palavras e idéias-chave no pensamento de Freire (BRANDÃO, 1981, p. 43-44).

O Círculo de Cultura visa promover o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita e se realiza no interior do debate sobre questões centrais do cotidiano como trabalho, cidadania, alimentação, saúde, organização das pessoas, liberdade, felicidade, valores éticos, política, oprimido, economia, direitos sociais, religiosidade, cultura, entre outros.

3.5. Palavras geradoras

Para Paulo Freire, a palavra tem que ter significado para o indivíduo. É muito importante que essas palavras façam parte do cotidiano do educando e que sejam

relevantes. Mediante o diálogo, as palavras geradoras irão surgir, e a partir dessas palavras o educador irá planejar suas aulas.

Freire coloca o sujeito como objeto ativo na construção do conhecimento, levando em conta os saberes dos educandos. A partir das palavras levantadas irão surgir pontes que vão ligar os saberes dos educandos com o ensino de currículos e, conseqüentemente, levantarem os problemas sociais vividos por eles.

De acordo com Freire (1976, p. 22-23)

“se o compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa da sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais vou me instrumentando para melhor lutar por essa causa.”

O método freireano propõe e estimula a inserção do aluno iletrado no seu contexto social e político, despertando a cidadania e a transformação literal.

Além das palavras terem sentido para os educandos, Brandão, (1981) destaca os três critérios que a palavra tem que ter, sendo que dois deles já são usuais em outros métodos e o outro novo e renovador: a riqueza fonêmica da palavra geradora; as dificuldades fonéticas; a densidade pragmática do sentido.

A melhor palavra geradora é aquela que reúne em si a maior porcentagem possível dos critérios sintático (possibilidade ou riqueza fonêmica, grau de dificuldade fonêmica complexa, de manipulabilidade dos conjuntos de sinais, as sílabas, etc.), semântico (maior ou menor intensidade do vínculo entre a palavra e o ser que designa maior ou menor adequação entre palavra e ser designado, etc.), pragmático (maior ou menor teor de conscientização que a palavra traz em potencial, ou conjunto de reações sócio-culturais que a palavra gera na pessoa ou grupo que a utiliza) (Fundamentação Teórica do Programa) (BRANDÃO, 1981, p. 36)

As palavras geradoras devem partir das situações de vida comuns e que tenham significado para os indivíduos da comunidade em que estão inseridos. A aplicação do método freireano é feita em cinco etapas, conforme aponta Brandão (1981, p. 40-41).

1º) em uma comunidade comprometida com um trabalho de educação popular existem um ou mais círculos formados ou em formação, com o seu grupo de educandos e o seu animador (um agente de educação “do programa” ou um educador já alfabetizado, da própria comunidade); 2º) foi feito um primeiro momento do trabalho de pesquisa de descoberta do universo vocabular e/ou (hoje em dia mais e do que ou) do universo temático; 3º) todo o material da pesquisa feita dentro e fora da comunidade (mas sempre sobre ela e a partir dela) foi reunido, organizado, discutido, inclusive com a gente do lugar; 4º) o instrumental do trabalho de alfabetização foi codificado, transformado em símbolos de uso no círculo de cultura: palavras geradoras, cartazes e fichas com as palavras, desenhos e fonemas, fotos, anotações com

dados, etc. (e, conforme o caso, muitos etc. que cada equipe saberá obter e criar) 5º) a equipe de trabalho e, sobretudo, os animadores de círculos de cultura, estão não só familiarizados com o método e o seu material específico para trabalho no lugar, com a sua gente, mas também treinados sobre o método a ponto de sabê-lo usar, ao mesmo tempo, com eficiência autônoma e criatividade (BRANDÃO 1981, p. 40-41).

Conforme citado acima, para que o método freireano possa se desenvolver de forma produtiva é necessário que os círculos de cultura sejam coordenados por um agente do programa, ou um indivíduo alfabetizado da própria comunidade. Seguido de uma pesquisa do universo vocabular, depois são discutidos entre os integrantes do grupo, em seguida, as palavras geradoras são codificadas, sendo utilizadas no círculo de cultura e, por fim, todo o grupo já está familiarizado com o método e o usam de forma eficiente e autônoma.

3.6. Temas geradores

Os temas geradores são utilizados quando a proposta de trabalho com o método é mais ampla, quando se tem a intenção de conversas mais profundas. Podem acontecer também numa pós-alfabetização para que os alunos atinjam entendimento pleno. Segundo Brandão (1981, p.38),

Acontece também, com mais frequência, quando a etapa de alfabetização é prolongada na de pós-alfabetização, para que os alunos dos grupos de cultura atinjam plenamente aquilo que os educadores Mamam de alfabetização funcional: um domínio das habilidades de leitura, escrita e cálculo mais operativo do que o que a simples alfabetização proporciona.

Do tema gerador geral sairá o recorte para cada uma das áreas do conhecimento ou para as palavras geradoras. Portanto, um mesmo tema gerador geral poderá dar origem a várias palavras geradoras que deverão estar ligadas a ele em função da relação social e que os sustenta.

04- Observações sobre a Educação de Jovens e Adultos nas primeiras décadas do século XXI

No ano de 2002, o governo federal criou o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), tendo como principal objetivo avaliar pessoas que por algum motivo deixaram de frequentar a escola em idade apropriada e acabaram não concluindo o ensino médio. Caso o aluno conseguisse obter bons resultados, passaria então a ter o certificado de conclusão dos estudos. Segundo Julião et al. (2017 p. 8), o ENCCEJA tinha como principal objetivo a “construção de uma referência nacional de EJA”. Sendo assim, o ENCCEJA foi criado como uma solução emergencial, para tentar sanar a baixa escolaridade no país.

No ano de 2009, o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa (INEP), determinou que a certificação do ensino médio, ficasse sob responsabilidade do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). No ano de 2017, sob o governo do então presidente Michel Temer, o ENCCEJA, voltou então a ser de responsabilidade do INEP.

Em 2003, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e tinha o intuito fazer uma mobilização nacional para alfabetizar jovens e adultos. O PBA garantia recursos financeiros para acesso e permanência dos estudantes e profissionais participantes do programa.

Conforme aponta Machado (2011), as verbas destinadas a esse programa foram enviadas para instituições públicas e privadas até o ano de 2007. Depois dessa data eram repassadas apenas pra instituições públicas. O PBA obteve resultados satisfatórios com a alfabetização de adultos. No ano de 2007, o governo federal passou a investir mais, ainda no PBA. Mas, de acordo com Machado (2011, p. 402), não bastavam apenas investimentos financeiros, precisava ter uma boa qualidade de ensino.

Diante desse contexto, o autor destaca que não basta ter apenas recursos financeiros, é como se o dinheiro fosse apenas um detalhe. Para que o programa realmente obtenha resultados satisfatórios, é necessário que os educadores saibam trabalhar em prol da educação desses jovens. Os investimentos financeiros por parte do governo não duram por muito tempo.

Em 2009, segundo dados fornecidos pelo Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), 1.912.767 alfabetizando eram atendidos e os valores investidos estavam na ordem de quase R\$ 160 milhões. Vale mencionar que, quando comparado a 2005, observa-se uma queda tanto no número de estudantes atendidos (1.966.132, diminuição de 0,27%), quanto nos valores investidos

(cerca de R\$ 208 milhões, retração de 23,07%). Ainda com base em 2009, calculamos o investimento médio anual por estudante realizado no PBA: R\$83,37! Não é necessário muito esforço para concluir que esse valor era extremamente baixo para fornecer uma educação de qualidade para o público atendido (CARVALHO, 2012, p. 4).

A partir de 2009, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) começa a sofrer muitas críticas e as principais delas são: o curto prazo da conclusão do curso, educação voltada apenas para a classe de alfabetização sem preocupar com a educação continuada dos educandos, as condições muito precárias tanto para os educandos quanto para os educadores.

Ao entrevistar Danilo, aluno da EJA, o questionamos se ele pretendia cursar uma faculdade ou curso técnico após concluir a educação básica. Ele foi direto em sua resposta “*não pretendo.*”⁶. Portanto, nota-se que em geral, ainda hoje os alunos têm a mentalidade de apenas concluir o ensino básico, sem almejar alcançar mais objetivos.

No ano de 2005, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM). O programa era destinado a jovens com idade entre 18 a 24 anos, e que estivessem desempregados. O objetivo era fazer com que esses jovens concluíssem o Ensino Fundamental em apenas 12 meses. Segundo Carvalho (2012, p. 4),

A meta era realizar a integração entre o aumento da escolaridade (conclusão do ensino fundamental), a formação inicial ligada à qualificação profissional e a ação comunitária. Tinha também como expectativa propiciar a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação.

Segundo Rummert (2007, p.42), o período de aprendizagem desses alunos inscritos no PROJOVEM era dividido da seguinte forma:

Apenas duas horas de aulas semanais para o estudo da língua portuguesa, duas para língua estrangeira e, ainda a mesma carga horária para matemática, ciências humanas e ciências da natureza. As outras três horas de cada dia são ocupadas com a formação profissional, noções de informática e ação comunitária.

⁶ Entrevista realizada com o aluno Danilo, 31 anos, aluno da EJA no Colégio Estadual Maria Rosilda Rodrigues em 08/10/2019.

Frente a esse contexto, não se sabe ao certo se com essa pouca quantidade de tempo os alunos conseguiriam efetivar os conhecimentos científicos e tecnológicos. Ao que tudo indica, ainda hoje, o pouco tempo em que os educandos permanecem nas aulas diariamente, continua sendo insuficiente, segundo relato da educanda Deyse: *“Eu acho que o tempo de aula é pouco pra tudo que teria que ser aprendido em sala de aula.”*⁷

A análise da proposta e de sua implementação revela que o PROJOVEM convida os jovens ao engajamento em um projeto que lhes pré-determina o futuro nos marcos já estabelecidos para as frações mais exploradas da classe trabalhadora. Do mesmo modo, as poucas horas destinadas à formação geral e profissional, evidenciam que, para a grande maioria dos atendidos, a experiência propiciada pelo projeto será pouco fecunda (RUMMERT, 2007, p. 43).

Contudo, é notório que o PROJOVEM é um programa cujo principal objetivo é a promoção da estrutura socioeconômica do país. Está ainda longe de ser um programa que efetive a plena democratização do ensino.

No mesmo ano da criação do PROJOVEM, também foi criado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), que foi implementado pelo Decreto 5.478 de 2005, com o objetivo de ofertar educação profissional técnica de nível médio. No ano de 2006, houve uma mudança e o Decreto 5.840, de julho de 2006 em que o PROEJA passaria então a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. As principais mudanças foram de que o programa passaria também a ofertar a formação inicial e continuada dos educandos e educadores, tanto em instituições públicas municipais e estaduais quanto em instituições de ensino privadas.

Um dos aspectos do PROEJA originário que sofreu alteração, pouco depois de concebido, disse respeito ao alargamento do nível para o qual, inicialmente, se dirigia: estendeu ao ensino fundamental, possibilitando ampliar a implantação em escolas municipais de prefeituras do País, com a mediação da rede federal (SOUZA, 2012, p.51).

Em 2007, foi criado o Documento Base do PROEJA. Segundo Poubel et al (2017, p. 13), “o Documento Base reafirma que o PROEJA traz a possibilidade da

⁷ Entrevista realizada em 08/10/2019 com a educanda Deyse, 34 anos de idade, aluna da EJA do Colégio Estadual Maria Rosilda Rodrigues.

formação integral do indivíduo, permitindo a elevação de escolaridade e a profissionalização”.

Sendo assim, o Documento Base, assegura que o programa faça como nenhum outro a inclusão social dos indivíduos através da elevação do nível de escolaridade, e obtenção de qualificação profissional, e, conseqüentemente contribua de forma positiva ao acesso no mercado de trabalho formal, além do acesso à cultura e tecnologia. Nesse sentido, nota-se que o PROEJA veio para possibilitar avanços na educação de jovens e adultos.

Segundo Rubiana, uma das educadoras por nós entrevistadas, ao ser questionada sobre o papel do professor da EJA, ela afirma que: *“Nosso compromisso é permitir que os alunos alcancem seu lugar no mercado de trabalho, diminuindo as desigualdades e realizando sonhos.”*⁸ Sendo assim, essa educadora demonstra ter clareza do que é previsto pelo PROEJA.

Ainda ao questionar a mesma pergunta a outra educadora, Edinalva, responde que: *“Atender às expectativas e necessidades da clientela, que apresenta a defasagem na aprendizagem.”*⁹ De acordo com essa afirmação nota-se que a educadora cumpre com o seu papel diante de seus alunos.

05- CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁸ Entrevista realizada no dia 08/10/2019 com a educadora Rubiana, funcionária do Colégio Estadual Maria Rosilda Rodrigues.

⁹ Entrevista realizada no dia 08/10/2019 com a educadora Edinalva, funcionária do Colégio Estadual Maria Rosilda Rodrigues.

A presente pesquisa proporcionou-nos refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos, sobre essa prática educativa, e as contribuições e metodologias usadas por Paulo Freire. Permitiu-nos compreender que a trajetória histórica da educação de jovens e adultos no Brasil foi marcada por muitas transformações até se tornar uma modalidade de ensino prevista por lei. E ainda, entender que a educação de jovens e adultos deve proporcionar acesso à escola para aqueles que não concluíram o ensino básico em idade própria. O acesso e permanência desses educandos, atendendo a real necessidade de cada um deles é responsabilidade dessa modalidade de proposta educacional.

A modalidade de ensino de educação de jovens e adultos tem um papel muito importante para inserir o indivíduo na sociedade. É nesse ambiente que os educandos e educadores trocam experiências de vida, possibilitando novas experiências e aprendizagens significativas.

Compreendemos que, na educação de jovens e adultos, o professor tem um papel muito importante e deve superar as expectativas de seus alunos, planejando aulas que retratam a realidade do educando, fazendo com que ele seja produtor do próprio conhecimento. Portanto, é muito importante que o educador conheça o cotidiano de seus alunos.

O método de Paulo Freire contribuiu de forma significativa na educação de jovens e adultos, colaborando assim com os educadores dessa modalidade, contribuindo para que haja transformação do estado atual dos educandos. Ao pesquisar sobre a metodologia utilizada por Freire, compreendemos também que o diálogo é peça fundamental para conscientizar o educando diante de sua realidade, e os educadores devem usar isso em favor de sua transformação significativa.

Portanto, para que o processo de ensino e aprendizagem seja efetivado de forma positiva, é necessário que os educadores proponham novos métodos de ensino, e acima de tudo que busquem formação continuada para atender a necessidades dessa modalidade de ensino.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Decreto nº 47.251** de novembro de 1959. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47251-17-novembro-1959-386350-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 03 de out. de 2019.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>>. Acesso em: 09 de out. de 2019.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva/EDUSP, 1978.

CARVALHO, Marcelo Pagliosa. **As políticas para a educação de jovens e adultos nos governos Lula (2003-2010)**. Universidade Federal do Maranhão, 2012. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MarceloPagliosaCarvalho_res_int_GT1.pdf>. Acesso em: 31 de out. de 2019.

COSTA, Deane Monteiro Vieira. **A Campanha de Educação de Adultos no Meio Rural (1950): Uma Missão Civizadora em Itaperuna (RJ)**. Disponível em: <[repositorio.ufes.br/bitstream/tese_6001_DEANEMONTEIROVIEIRA COSTA](repositorio.ufes.br/bitstream/tese_6001_DEANEMONTEIROVIEIRA_COSTA)>. Acesso em: 02 de out. de 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Centauro, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____, **História da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1990.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**, Rev. Bras. Educ. n. 14 Rio de Janeiro. Mai/Ago. 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782000000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 04 de out. de 2019.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. et al. **As políticas de educação de jovens e adultos na atualidade como desdobramento da constituição e da LDB**. Rev. do programa de pós-graduação em educação – mestrado. n. 19. Tubarão – SC Jan./Jun. 2017. p- 40-57 Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/4725>> Acesso em: 24 de out. de 2019.

MACHADO, Maria Margarida. **A educação de jovens e adultos no século XXI – Da alfabetização ao ensino profissional**. Rev. Inter. Açã. Goiânia, GO. n. 2, p.393- 412 Jul/Dez. 2011. Disponível em: < <https://doi.org/10.5216/ia.v36i2.16713>> Acesso em: 25 de out. de 2019.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PEDROSO, Sandra Gramilich. **Dificuldades encontradas no processo de educação de jovens e adultos**. In: I Congresso Internacional da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos, 2010, João Pessoa. Jovens, Adultos e Idosos: os sujeitos da EJA. João Pessoa: EDITORA UNIVERSITÁRIA UFPB, 2010.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

POLBEL, Clarisse Menezes de Souza. et al. **Uma arena de tensões: A história da EJA ao PROEJA**. Caderno de História da Educação. Campo dos Goytacazes, RJ, v.16, n.1, p.125-140, jan.-abr. 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/38242>>. Acesso em: 30 de out. de 2019.

RUMMERT, Sonia Maria. **A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI**. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. Rev. de Ciências da Educação, Lorena, SP, n. 2, p. 35-50, 2007. Disponível em: < <http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/50/57>>. Acesso em: 01 de Nov. de 2019.

SIQUEIRA, Antônio Rodolfo de; GUIDOTTI, Viviane. **Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: Sagah Educação S.A, 2017.

SOUZA JR, Mauro Roque de. **A Fundação Educar e a Extinção das Campanhas de Alfabetização de Adultos no Brasil**. 2012 n. 207. UERJ. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ppfh.com.br/wp-content/uploads/2014/01/T_mauroroque.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2019.

SOUZA, Clarissa Menezes de. **Política educacional para a educação de jovens e adultos: o significado do PROEJA segundo pesquisadores do OBEDUC**. Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, RJ. Mar. 2015. Disponível em: <<http://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2015/06/CLARISSA-MENEZES-DE-SOUZA.pdf>>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.